

era um partido jovem e que tinha
vez para todos, não existindo co-
riques. Encerradas as explicações pes-
soais, o Senhor Presidente solicita
dos vereadores que os requerimentos
fossem apresentados no pequeno ex-
pediente. Cobrou das Comissões os tra-
balhos que não estavam sendo exe-
cutados. Parabemizou ao Sinop Fu-
tebol Clube e a todos que participa-
ram e ajudaram o time a chegar
ao título, encerrando assim em no-
me de Deus a sessão daquela noite.
Sendo esta a oitava Parada e se aceita
por iró assinada pelo Presidente e
Primeiro-Secretário.

Walter Justini

Partimelli

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP-ESTADO DO MATO GROSSO.

Nos quatro dias do mês de junho de hum
mil e novecentos e noventa, às vinte horas
e quinze minutos, teve início mais uma
sessão prevista. Com a ausência apenas
dos vereadores Waldemar Brandão e Se-
bastião Amário de Matos, o Senhor Presi-
dente, invocando a proteção Divina, a-
briu os trabalhos, solicitando que fosse
lida a ata da sessão anterior, a qual
obteve a aprovação unânime. Logo após,
solicitou que fossem lidas as correspon-
dências recebidas e expedidas durante

a semana que antecederia a sessão. Sentada a pauta do dia, foi aberto o caso pelo Senhor Presidente, para o pequeno expediente, falando inicialmente o vereador Jonas Henrique de Lima, a qual agradeceu a atuação da justiça no julgamento do crime que culminou no morte do ex-vereador Aureliano Pereira da Silva de Souza, dizendo que graças a Deus houvera justiça quanto ao caso. Fernando Bispo Ferreira, requereu que fosse enviado ofício ao órgão competente, solicitando do mesmo a abertura do Rua Lusitana, e das avenidas dos Jararandás e dos Lequitibais, as quais não estavam sendo abertas. Solicitou ainda que fosse estendido o prazo de pagamento do IPTU para o dia quinze de junho. José Pedro Serapim, referiu-se as denúncias feitas pelo vereador Jonas Henrique de Lima quanto a morosidade do representante do ministério do trabalho, dizendo que necessitaria de seus serviços, e foi quando constatara a ineficiência do mesmo, e a morosidade do seu trabalho, sobre o qual ele tinha a autonomia de decidir. Disse que o mesmo tentava através da morosidade de seus trabalhos fazer com que o Poder Público lhe favorecesse com regalias e vantagens a mais daquilo que ele percebia do município. Solicitou o apoio de todos os vereadores para juntos tomarem alguma medida sobre o caso.

Jão Medeiros requereu verbalmente à Mesa que observasse o Regimento Interno da Casa e retirasse de Pauta o projeto de autoria do Executivo Municipal, o que soliciitava a complementação em razão da Comissão de Justiça e Redação não ter exarado o seu Parecer e pela mesma dispor de dez dias para fazê-lo. Entendeu o Senhor Presidente que o requerimento deveria ser encaminhado por escrito à mesa. Após entendimento foi o requerimento posto em votação sendo rejeitado pela maioria do Plenário. Em apreciação a seguir o Projeto de Lei número dois de noventa, do Executivo Municipal, e o parecer da Comissão de Finanças e Orçamentos. Em discussão o parecer Jão Medeiros disse que "... vai ser dilapidado com a anuência da comissão, parecer escrito e favorável desta comissão de Finanças e Orçamentos, vai ser dilapidado porque este projeto vai ser aprovado nesta casa, isto é escandaloso não tem mais nada imoral do que está se cometendo dentro desta casa, e a barbaridade, a barbaria disto é que a maioria dentro desta casa não percebe isto, ou não quer perceber. É imoral esta casa pegar aqui, cobrir no regimento que ela fez, cobrir no regimento que é Lei escrita tem prazo de dez dias pra se vir, pra vir o projeto em plenário, a casa mais uma vez cobri aqui pro servis unicamente ao interesse do Senhor Prefeito Municipal

É minha e eu quero que conseguire
meu voto contrário ao parecer da co-
missão, e conseguire, e secretário da
casa, conseguire em totum o meu pro-
nunciamento. José Pedro Serapini, disse
da constatação junto aos livros con-
tábeis feita pela comissão de Finan-
ças e Orçamentos na Prefeitura sen-
do que embasado nos mesmos duram
o parecer. Dirigindo-se ao vereador
João Medeiros, disse que o mesmo per-
der o ético, surpreendendo-se por o
vereador ter estropiado o urbo para
denigrar a imagem de seus companheiros,
quando os chamara de imoral. Menciona
que quando lhe fora solicitado posicio-
namento com referência ao projeto, a-
chava o valor excessivo, mas haviam ele
e o vereador Fernando Bispo Ferreira, soli-
citado os dados do porque daquele valor,
sendo que lhes fora mostrado, dizendo
que não via falcatrua, nada de eva-
do e por isso não tinha como ser
contra e que dava seu voto embasado
e comprovado. Por isso não via per-
que a imoralidade. Ratificou, dizendo
que viu pela confiança, pela palavra
e não pela oposição pura e simples.
foje libreu entendeu que imoral era
o vereador faltar às votações porque não
admitia perder em plenário, ficar me-
ses sem ir à Prefeitura em busca de
dados, era um desrespeito aos compa-
nheiros que foram credenciados pelo

voto popular e que não tinham obrigação de serem encobertos. Disse que buscando informações pudera entender e decidir. Informou que estaria ao lado da bancada de oposição, caso existisse a folcetra. Conclamou a todos para votarem favoravelmente. Fernando Bispo Ferreira, discorreu sobre as consultas feitas no Executivo e de sua constatação junto às pastas do Município, dizendo que suas dívidas foram sanadas. Mencionou ainda que se convenia com as dotações a serem suplementadas, e que daria seu voto favorável e o voto de confiança ao Prefeito. Jonas Henrique de Lima, disse ser contra o parecer por achar o valor da suplementação elevado, e que parecia-lhe que o parecer havia sido feito pelo presidente da comissão e os dois outros membros apenas o haviam assinado. Honório Staviero, disse que não via imobilidade, achando que a medida que o Prefeito suplementasse, que fizesse as despesas e fosse saldando-as. Disse que tinha certeza que o Executivo usaria o dinheiro para obras, educação, saúde..., cumprindo assim seus compromissos na administração. Em votação, o parecer, fora aprovado pela maioria do plenário. Apresentado após requerimento para dispensa do interstício regimental na votação do projeto. Entendeu João Medeiros que o projeto não demandava de

votação urgente, e que deixava de ser escandaloso, passando a ser chocante o pedido. Pediu aos vereadores o bom senso que votassem contra o requerimento pois não via sentido. Dirigindo-se ao vereador João Medeiros, José Pedro Serafini, pediu ao vereador que lhe informasse porque era chocante João Medeiros, respondendo, disse que era chocante porque o projeto era de autoria do Executivo e este não solicitava a urgência, dizendo que não entendia o porque dos vereadores o solicitar. José Pedro Serafini discorreu sobre a situação contábil e a falta de dotação. João Medeiros entendeu que era duvidosa a posição do vereador pois o Prefeito teria um certo valor em seu orçamento e que gastara somente a metade e ele ainda possuía autonomia de transferir de uma conta para outra. José Pedro Serafini, justificou o porque da urgência na votação do projeto dizendo das intenções de aquisição de bens pela Prefeitura. Disse novamente que qualquer vereador, qualquer cidadão que não fosse procurar os livros contábeis do Executivo, para saber o que se fazia com o Patrimônio público, sempre iria achar tudo absurdo, dizendo que conforme ficara evidenciado em sessão passada, era de que se liberassem aqueles dinheiro ao Executivo estariam favore-

sendo uma candidatura apoiada pelo Senhor Prefeito Municipal. Disse que estavam dentro da Lei regimentalmente quando solicitavam a dispensa do interstício. Viterino Dalla Libera, disse que não era contra o projeto, só não admitia a dispensa do interstício pois já por várias vezes havia sido comentado na Casa a apresentação de última hora de projetos e de sua necessidade de votação com urgência, sendo necessário então dispensa do interstício no caso. Disse ainda que jamais iria prejudicar a administração do Executivo, e nem fazer críticas ao Prefeito, só que não admitia mais na Casa, era que tudo o que se passava dentro os colegas vazasse os comentários no Executivo, tentando diminuir a imagem de um vereador só porque não morava na sede do município, tentando ainda jogar a imagem do vereador contra Secretário e o Prefeito, o qual sempre tivera uma amizade ampla e limpa e que estava sendo prejudicado. Fernando Bispo Ferrira, também referiu-se a urgência de aprovação do projeto disse sobre informações que recebera de secretário no Executivo. Partilhando João Medeiros informou ao vereador que para dotar, o Executivo necessitava de envio de decreto ao Legislativo. Continuando Fernando Bispo Ferrira, disse que todos os seme-

mejamentos das pastas haviam feitos. Tinha o vereador que a partir do momento que tinham aprovado o orçamento dando direito ao Prefeito de pagar suas contas com direito de remanejarem dez por cento, ele o fizera. Disse que contabilidade pública era muito complexa, mas por tudo o que lhe fora informado poderia defender o Executivo. Em votação o requerimento foi aprovado pelo maioria dos Vereadores. Em discussão após o projeto, falou inicialmente o vereador João Medeiros, o qual referiu-se a função do Legislativo que era de legislar e fiscalizar. Disse que a Casa estava abrindo mão das atribuições dele. Mencionou que não era contra a suplementação, apenas queria que ela fosse pedida dentro de bom senso, dentro do que se gostaria no mês. Disse que estavam abrindo mão do direito que tinham de legislar, de controlar a administração, informando que após ter sido feito o gasto não teriam como controlar. Mencionou que o Poder Legislativo estava sendo esvaziado, tirado do centro de decisões pelos próprios vereadores, aprovando a suplementação que era o dobro do próprio orçamento anual. Disse que estavam renunciando a uma imagem construído pelo próprio Legislativo durante aquele um ano e meio de legis.

latura. Osmar Martinelli, informou por-
qu assinara o requerimento. Disse
que o projeto de suplementação não
era urgente, discutiu sobre a época
da aprovação do orçamento, onde tam-
bém ocorreu polêmica para sua a-
provação. Informou que se teria a
discussão do projeto com Vereadores
que houvessem se aprofundado no
assunto, visto que não tinha nada
de urgente na matéria. Jorge Libau
solicitou que fosse trazida a casa
alguma prova de desvio de verba, ou
que tivesse sido metido a mão no
Purário público, que poderiam ter ven-
teza que seria o primeiro a se le-
vantar e apoiá-los. Quanto a Secre-
taria de Planejamento e Coordenação
ficava com a confiança na palavra
do Prefeito que dissera que contrata-
ria pessoal especializado para fazer
o Plano Diretor. Disse que caberia ao
Legislativo após esaurido o prazo, a
cobrança ao Executivo, caso não esti-
vesse contratado. Logo após, em vota-
ção fora o projeto aprovado pela maio-
ria. A seguir, foi concedido um interva-
lo nos trabalhos pelo Senhor Presiden-
te e ao retornar, foi apresentado o
Projeto de lei número quatro, de man-
ta, de autoria do vereador Dalton Bene-
mi Martini, e sua emenda aditiva de
número dois, autoria do vereador Jor-
ge Libau, que o justificou, e nada ha-

vendo em contrário foram aprovados, a emenda e o projeto em segunda votação por unanimidade do plenário. Logo contínuo, foi apresentado o projeto de Lei número cinco, autoria do plenário, e o requerimento número dezesseis, de autoria do vereador Jorge Libreu que justificou o adiamento do prazo para votação. Em discussão José Pedro Serapini disse que ao observar o requerimento do vereador já fora contrário a proposição naquele momento. Disse da decisão que fora tomada pelos vereadores a mais de um ano, e do desluzo do envio de ofício de empresa colonizatória. Referiu-se a condição que se encontravam os lotes que estavam sendo vendidos. Mencionou que se a empresa não cumpria as pequenas exigências, jamais cumpria as maiores. Participando, Jorge Libreu, disse que já que aguardaram tanto tempo, poderiam aguardar mais vinte dias para um acerto. Continuando José Pedro Serapini, disse que deviam votar naquela noite o projeto, mas que durante a semana que antecedia a terceira e última votação a empresa oficialmente procurasse o presidente da Casa para dar sua posição. Solicitou que fosse retirado de pauta o requerimento aquela noite e entrasse novamente em próxima sessão. João Medeiros, disse que

somaria com o requerimento do vereador Jorge Libreu, explicando o motivo. Honório Slavino, disseu também seu voto a favor do requerimento. Em votação, fora o mesmo aprovado, sendo então adiada a votação do projeto por vinte dias. Após foram apresentados os requerimentos número quatorze, autoria do vereador João Medeiros e quinze, autoria do vereador Itacir Lidomar Kirseh, que os justificaram e nada havendo em contrário foram aprovados. Dando continuidade aos trabalhos, foi apresentada a indicação número vinte e oito, autoria de Itacir Lidomar Kirseh, que a justificou, não havendo ninguém contrário, em votação, foi aprovada. Isto contínuo, foi apresentada a indicação número vinte e nove, autoria do vereador Jorge Libreu, que a justificou. Em discussão, Jones Henrique de Lima, referiu-se aos acidentes ocorridos com trabalhadores da Citibrazem que tinham que tropeçar na BR até o local, por não terem outra forma de chegarem até o local. Parablenizou o autor pela proposição, solicitando o empenho dos vereadores para que após a aprovação da mesma fosse solicitada sua execução de imediato. João Medeiros, disseu não ser contra a indicação, apenas não queria que fosse a medida a Reserva vegetal com a abertura da rua. Explicou o vereador autor

de que a sua que seria aberta prejudicaria a reserva, pois ela seria projetada no seu contorno. Sendo assim o vereador João Medeiros deu seu voto favorável. Nada mais havendo, em votação, foi aprovada. Prossequindo-se com os trabalhos foi aberto o espaço para as explicações pessoais. Por isso inicialmente, Honório Staviero o qual requereu que fosse oficiado a Polícia Militar, ou ao órgão competente para que fiscalizassem as margens da BR um, meia, três, pois existiam vândalos que estavam colocando fogo às margens da mesma. Vitório Dalla Libera, Pamen- tou a saída do vereador Fernando Bispo Ferreira do partido do PMDB. Disse das críticas feitas pelo vereador a executiva do PMDB, e da exigên- cia feita pelo vereador a ele e ao ve- recedor Waldemar Brandão para que o ajudassem a derrubar a Executiva que existia, sendo criado uma nova Executiva conforme a solicitação do ve- recedor. Disse que não tinha nada contra a saída do vereador do par- tido, o mesmo estava livre para ingressar em qualquer partido. In- formou que apesar de ser somente ele no momento o integrante do PM DB, não deixaria o partido até o fi- nal do mandato do atual gover- no. Fernando Bispo Ferreira, disse que

realmente começaram sua legislatura trabalhando com o apoio de seus colegas do PMDB, na formação de uma nova executiva para o partido. Disse que constatará na nova executiva do PMDB o mesmo trabalho do anterior, deixando muitas vezes a merecer de qualquer decisão política os seus companheiros. Informou que ainda não tinha nenhuma intenção de ingressar em qualquer outro partido. Enalteceu a nova Executiva do PMDB, que estava sendo ministrado pelo Senhor Rodolfo Walter Kunzer, dizendo que era um excelente companheiro e certamente iria tentar estruturar aquele partido da melhor maneira possível. João Rodrigues convidou o venerável Fernando Bispo Ferreira para ingressar no PFL. Não havendo mais ninguém a se posicionar o Senhor Presidente encerrou a sessão, sendo esta ato Parrodo e se aceita por iró assinada pelo presidente e primeiro-secretário.

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP-ESTADO DO MATO
GROSSO.

Nos onze dias do mês de junho de 1961, mil, novecentos e noventa, reuniram-se os senhores vereadores, para realização de mais